



# DECISÃO!

Rua Albita, 194 / Cruzeiro / Belo Horizonte / MG / CEP 30.310-160

## Associações rejeitam limite remuneratório

ASCOM / AMB



Maurício Soares, Jayme de Oliveira e dirigentes de Associações com Ricardo Lewandowski

Em agosto, a Amagis, a AMB e demais Associações do País somaram forças, em Brasília, para tentar impedir a votação de projetos que afetam a Magistratura, como o que regulamenta o limite do teto remuneratório (PL 6.726/16), e o que trata de punição a magistrados que violarem prerrogativas de advogados (PLS 8.347/17). Foi feito intenso corpo a corpo no Congresso Nacional e até no Supremo Tribunal Federal.

**PÁGINAS 4 e 5**

## Homenagem vira ato contra a reforma da Previdência

AMAGIS



Solenidade foi realizada no auditório da Associação

Mais do que uma celebração, a homenagem da Amagis aos magistrados que se aposentaram em 2016, realizada no dia 17 de agosto, foi ato em defesa dos interesses da Magistratura e contra a proposta de reforma da Previdência.

**PÁGINAS 8 e 9**

TJMG atende à Amagis e altera Férias-prêmio

**PÁGINA 3**

Amagis foca 1ª Instância no Orçamento

**PÁGINA 3**

Amagis é apresentada a novos juízes

**PÁGINA 11**

# Defender a Magistratura é apoiar a Justiça e a democracia

MAURÍCIO SOARES\*

**A** cada dia, fica mais evidente que, além da batalha para barrar perdas e retrocessos institucionais, temos que enfrentar também essa campanha que sempre desengaveta quando querem desqualificar o Poder Judiciário e a Magistratura. Sendo mais direto, buscam desmoralizar o Judiciário para, em seguida, desmontá-lo justamente no momento em que o País está sendo passado a limpo e vivencia o histórico combate à corrupção por meio do Sistema de Justiça.

Por essa mesma razão, surgem ataques até de onde menos se espera, como de membros do próprio Poder Judiciário, através da repetição de mentiras, distorção de fatos, entre outras ações para nos colocar no mesmo

regulamentar o limite remuneratório, e as do PLS 141/2015, do Senado, que trata da punição a juízes que violem direitos ou prerrogativas de advogados.

O primeiro apresenta diversas inconsistências, como vício de iniciativa, quando o Legislativo invade competência privativa do STF ao tratar da composição da remuneração dos magistrados. Além disso, atinge, além do Judiciário, os outros dois poderes, impedindo que parlamentares e ministros de Estado recebam verbas indenizatórias acima do teto, como o auxílio-moradia, que, sabidamente, percebem.

A limitação ao teto remuneratório é ainda flagrantemente inconstitucional, violando o direito adquirido e o ato jurídico perfeito; a inafastabilidade do Poder Judiciário quando nega a pos-

**“Iremos a Brasília quantas vezes forem necessárias para defender os direitos dos magistrados, consagrados em lei”**

nível dos malfeitos, das irregularidades e das crises ética e de confiança que tomaram conta do País.

Sempre agimos correta e rigorosamente dentro da lei e da Constituição, além de estarmos submetidos ao controle externo do Conselho Nacional de Justiça. Ainda assim, manipulam e distorcem quando, propositadamente, confundem verbas de natureza remuneratória e indenizatória. O próprio Supremo já decidiu por várias vezes nesse sentido, principalmente no que tange o auxílio-moradia, indenização de férias não gozadas e licença-prêmio convertida em espécie.

Como temos feito desde o início de nossa gestão, estamos diuturnamente no Congresso Nacional para conversar com os parlamentares de todos os partidos, em especial com as lideranças, a fim de impedirmos prejuízos para a classe. Ameaças não faltam, como as do PL 6.726/16, que está em tramitação na Câmara dos Deputados para

sibilidade de pagamento de passivos devidos inclusive por força de decisão judicial; além de configurar verdadeiro ato de confisco, vedado pela Constituição Federal.

A segunda matéria restringe o exercício da independência de julgar. Diante disso, defendemos a integral rejeição desses projetos e iremos a Brasília quantas vezes forem necessárias para defender os direitos dos magistrados, consagrados em lei, mas sempre ameaçados por iniciativas que tentam suprimir garantias constitucionais.

Se querem desmoralizar o Judiciário e intimidar a Magistratura, colocando a sociedade contra ela, agem em causa própria e em prejuízo da democracia. Sem juízes independentes não há Justiça nem democracia. Enfraquecer o Judiciário afeta também o cidadão, mas aqui, como em Brasília e em todo o País, há juízes e juízas dispostos a defender a causa do Brasil e da Justiça. ■

(\* ) *Presidente da Amagis*

## ÍNDICE DECISÃO!

Amagis valoriza 1ª Instância no Orçamento

PÁG 03

Associações se opõem ao limite remuneratório

PÁG 04

Associações buscam aprimorar a segurança

PÁG 06

Associações tentarão reverter rezonamento

PÁG 07

Homenagem marca união contra nova previdência

PÁG 08

Amagis é apresentada aos novos magistrados

PÁG 11

Ministro vê influência econômica sobre Direito

PÁG 12

Método dá protagonismo e valoriza as mulheres

PÁG 13

Auditório será modernizado

PÁG 15

Previdência complementar

PÁG 17

MagisCultura traz obra de Silvano Santiago

PÁG 18

## SAÚDE!

Amagis Saúde participa de cursos da ANS

PÁG 23

Check-up gratuito será presente a associados

PÁG 24

### JORNAL MENSAL

ISSN - 1981-4577 (Decisão Impresso)  
ISSN - 1981-4569 (Decisão On-line)



#### PRESIDENTE

Desembargador Maurício Torres Soares

#### Vice-presidente Administrativa:

Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro

#### Vice-presidente Financeiro:

Desembargador Alberto Diniz Júnior

#### Vice-presidente de Saúde:

Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

#### Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juíz José Martinho Nunes Coelho

#### Vice-presidente do Interior:

Juíz Antônio Carlos Parreira

#### Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juíz Ricardo Torres Oliveira

#### Diretor-Secretário:

Juíz Christyano Lucas Generoso

#### Diretora-Subsecretária:

Juíza Rosimere das Graças do Couto

#### Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

#### Jornalistas:

Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441

Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188

Tiago Parrella • Mtb - MG: 14634

Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

#### Projeto Gráfico:

Agência Graffo

#### Diagramação:

Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

# Amagis valoriza 1ª Instância no Orçamento

Proposta aprovada irá tramitar na Assembleia Legislativa

**A**pós a aprovação da proposta orçamentária do TJMG para 2018 pelo Órgão Especial, no dia 30, a Amagis, segundo o presidente Maurício Soares, dará continuidade às ações que garantam a efetiva implementação de novas ações de valorização da 1ª Instância e valorização da carreira.

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, que é membro da Comissão de Orçamento, Planejamento e Finanças do Tribunal, e o vice-presidente Financeiro da Associação, desembargador Alberto Diniz Junior, participaram da sessão que aprovou o orçamento para 2018. A proposta prevê R\$ 5,138 bilhões para despesas de pessoal e R\$ 845,164 milhões para investimentos e custeio operacional do Tribunal.

De acordo com a juíza Cristiana Gualberto, vice-presidente Administrativa da Amagis e integrante do Comitê Gestor Regional da 1ª Instância do TJMG, uma das funções primordiais do Orçamento é a distributiva, já que, segundo a magistrada, é por meio dela que a direção do Tribunal pode estruturar e implementar medidas concretas para prover a 1ª Instância de pessoal, infraestrutura civil e de tecnologia da informação (TI).

Com foco na 1ª Instância, a Amagis convidou, no dia 1º de agosto, o professor e parecerista Jair Santana, ex-superintendente de Orçamento do TJMG, para assessorar a Associação nos trabalhos. No dia 10 de agosto, o presidente Maurício Soares participou da reunião conjunta do Comitê Estratégico, do Grupo Gestor do Fundo Especial do Poder Judiciário e da Comissão de Orçamento, Planejamento e Finanças do TJMG, e apresentou as reivindicações da classe.

No dia seguinte à reunião no TJMG, Maurício Soares e Cristiana Gualberto, acompanhados de Jair Santana, receberam os magistrados integrantes do Comitê Gestor Regional da 1ª Instância do TJMG para discutir todas as questões referentes

**Diretores da Amagis reunidos com membros do Comitê Gestor do TJMG**

IZABELA MACHADO



ao orçamento Tribunal. "O objetivo da reunião era munir os membros do Comitê com o maior número de informações sobre as questões orçamentárias, e reafirmar os pontos apresentados ao TJMG, em especial aqueles que dizem respeito à carreira dos magistrados", disse o presidente da Amagis.

Para os membros do comitê, como o juiz Agnaldo Pereira, a reunião foi positiva, pois subsidiou os magistrados com mais informações para o tema. "Sem as informações e elementos

que nos foram passados pelos especialistas na área, nós não teríamos condições de apresentar propostas ao orçamento do Tribunal de Justiça", avaliou. A juíza Riza Nery, que também integra o comitê, apontou a importância do apoio técnico dado pela Amagis, uma vez que o tema possui muitas especificidades.

## FÉRIAS-PRÊMIO

A pedido do presidente da Amagis, o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, revogou, no

dia 1º de setembro, o artigo 4º da Portaria Conjunta da Presidência nº 250, de 29 de agosto de 2012, que dispunha que "não será deferido o gozo de férias-prêmio ao magistrado que possuir férias regulamentares a serem usufruídas".

"A vedação infralegal provocava graves prejuízos à fruição, por parte dos magistrados mineiros, de um direito previsto em Lei, conquistado após cinco anos de trabalho", argumentou o presidente Maurício Soares. ■



Veja a proposta aprovada no site [amagis.com.br](http://amagis.com.br)

**Sessão do Órgão Especial do TJMG**

GEORGIA BAÇVAROFF



# Associações se opõem ao limite remuneratório

Magistrados intensificam interlocução no Congresso Nacional e no STF

ASCOM / AMB



Maurício Soares e Jayme de Oliveira durante reunião com presidentes de Tribunais

Com a reabertura dos trabalhos no Congresso Nacional, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, retomou a interlocução com parlamentares em Brasília. No dia 22 de agosto, juntamente com o vice-presidente Financeiro da Associação, desembargador Alberto Diniz, e com o vice-presidente de Planejamento Estratégico, Previdência e Assuntos Jurídicos da AMB, desembargador Nelson Missias de Moraes, ele reuniu-se com o deputado federal Rodrigo Pacheco, presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Ainda no dia 22, o presidente da Amagis, o presidente da AMB, Jayme de Oliveira, e demais presidentes e dirigentes de associações de classe reuniram-se com o vice-presidente da Câmara dos Deputados, Fábio Ramalho, e o senador Antonio Anastasia, vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, intensificando o diálogo sobre os projetos de interesse da Magistratura.



“Ressaltaremos com bastante ênfase é que esse projeto de lei não vai atingir apenas o Judiciário”  
– Maurício Soares

O principal ponto discutido nos encontros foi o PL 6.726/16, em tramitação na Câmara dos Deputados, cujo objetivo é regulamentar o limite remuneratório no serviço público. Segundo Maurício Soares, não se pode confundir verbas de natureza remuneratória com as de caráter indenizatório.

Ainda de acordo com o presidente da Amagis, o próprio Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu nesse sentido em discussões sobre auxílio-moradia, indenização por férias não gozadas e licença-prêmio convertida em espécie.

No dia 29 de agosto, Maurício Soares, juntamente com o presidente da AMB,

juiz Jayme de Oliveira, e dirigentes de Associações estaduais, reuniu-se com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, e com o ministro da Corte Superior, Ricardo Lewandowski, para conversar sobre as garantias constitucionais e os direitos da Magistratura, em especial a questão dos subsídios. Horas antes, Maurício Soares havia participado da reunião da AMB com presidentes de Tribunais de Justiça de todo o País.

Na avaliação do presidente Maurício Soares, os encontros foram importantes não só para discutir o PL 6.726/16 e o PL 8.347/17, mas também por abordar vários temas de interesse

da Magistratura. “Os parlamentares foram receptivos e se mostraram abertos ao diálogo. Foi exatamente essa interlocução que, mais uma vez, viemos buscar para tentar reverter o que for possível em favor da magistratura”, comentou o presidente da Amagis, que destacou ainda a importância do diálogo com os ministros do STF.

Maurício Soares disse ainda que a Amagis e demais associações estaduais somarão forças com a AMB, intensificando a interlocução com parlamentares no Congresso Nacional, na defesa dos direitos da classe. “Ressaltaremos com bastante ênfase que esse projeto de lei não vai atingir apenas o Judi-

ciário, mas a todos – Executivo, Legislativo e Judiciário”, afirmou.

Para o desembargador Nelson Missias de Moraes, os congressistas têm sido sensíveis à pauta apresentada pelas Associações, possibilitando que as questões de interesse da Magistratura fossem discutidas de forma mais detalhada. “Eles têm sido muito compreensivos com a situação da Magistratura e sempre que necessário têm recebido a Associação”, disse Nelson Missias, que destacou ainda a urgência solicitada pelo presidente da AMB, Jayme de Oliveira, para o encontro com os parlamentares.

O desembargador Alberto Diniz reconheceu a importância da ação conjunta das Associações para impedir tentativas de retrocessos que possam afetar o Poder Judiciário. “Estamos reunidos com a AMB defendendo os interesses da Magistratura e buscando da melhor forma possível a equalização desses problemas no Congresso Nacional”, observou.

A intensificação do diálogo com os parlamentares foi um dos pontos discutidos durante a reunião da Coordenadoria da Justiça Estadual da AMB, realizada no dia 8 de agosto, da qual participou o presidente da Amagis, Maurício Soares.

## FRENTAS

Em outro campo de atuação, a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), da qual a Amagis é integrante, publicou nota de repúdio à decisão do STF de não garantir espaço orçamentário para a recomposição parcial dos respectivos subsídios, como previsto no Projeto de Lei nº 27/2016, que aguarda análise na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

No documento, a Frente afirmou ser intolerável que, com relação à Magistratura e aos membros do Ministério Público, não haja respeito ao comando constitucional inserido no art. 37, X. A Frente contestou ainda o fato de que outras categorias não são chamadas a assumir o ônus da crise econômica, e registra que, ao mesmo tempo, multiplicam-se diversos benefícios e renúncias fiscais pelo governo federal, em absoluto descompasso com o curso de crise econômica. ■



“Estamos reunidos com a AMB defendendo os interesses da Magistratura e buscando da melhor forma possível a equalização desses problemas no Congresso Nacional” – Alberto Diniz

FOTOS: ASCOM / AMB



Alberto Diniz, Nelson Missias, Rodrigo Pacheco e Maurício Soares



Encontro com o deputado Fábio Ramalho



Presidentes da Amagis e AMB com magistrados e Ricardo Lewandowski

# Aprimoramento da segurança em pauta

Amagis participou de reunião nacional realizada em Goiás

**A** fim de aprimorar as ações voltadas para a segurança dos magistrados, a Amagis, representada pelo desembargador José Osvaldo Furtado de Mendonça, presidente da Comissão de Segurança da Associação, e pelo juiz Eduardo Gomes dos Reis, participou, no dia 25 de agosto, da reunião da Secretaria de Segurança da AMB, realizada em Goiânia (GO), na sede da Associação dos Magistrados do Estado de Goiás (Asmeço). O desembargador Wanderley Salgado de Paiva, secretário

adjunto da Secretaria de Segurança da AMB, também participou do encontro.

A reunião deu continuidade aos debates instalados, a partir de abril, quando Associações de magistrados de todo o País, participaram, na Amagis, da primeira reunião de política da Secretaria de Segurança da AMB, com o objetivo de definir políticas de longo e médio prazo para a segurança da Magistratura.

O empenho das Associações já apresentou os primeiros resultados e, em junho, após reunião com o desembargador

**Furtado de Mendonça e Eduardo Reis durante encontro na Asmeço**

LUCIANA LOMBARDI



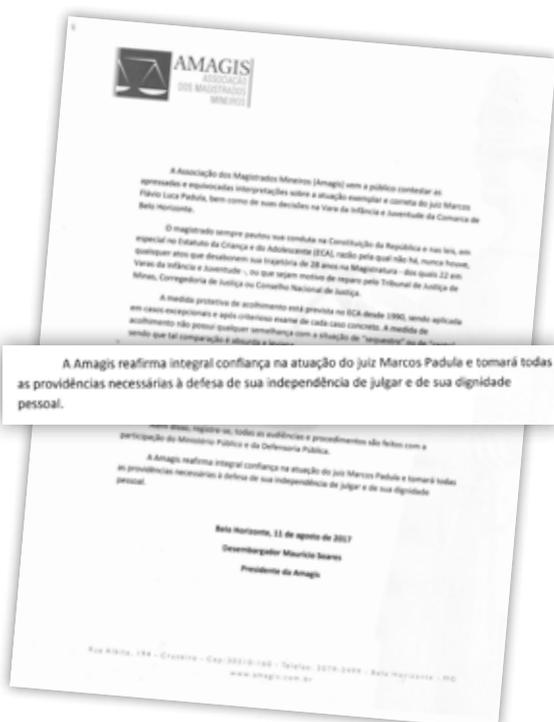
gador Furtado de Mendonça, e com o juiz Hamilton Gomes Carneiro, da Asmeço, o Exército Brasileiro informou que não exigirá teste psicotécnico para juizes, seja para a aquisição ou renovação do registro das armas de fogo.

No plano estadual, em reunião com o presidente

da Amagis, desembargador Maurício Soares, no dia 2 de agosto, a Associação ampliou a composição da sua Comissão de Segurança, que passou a contar com a colaboração do desembargador Francisco Batista de Abreu e do juiz Átila Andrade de Castro. ■

## Amagis manifesta apoio a juiz

Magistrado dedicou 22 anos a Varas de Infância e Juventude



Por meio de nota divulgada no dia 12 de agosto, a Amagis manifestou publicamente seu apoio à atuação do juiz Marcos Flávio Padula. Na avaliação do presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, as decisões do magistrado, na Vara de Infância e Juventude da Comarca de Belo Horizonte, têm sido interpretadas de forma equivocada.

No texto, o presidente da Amagis afirmou que o juiz sempre

pautou sua conduta pela Constituição, nas leis e, em especial, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sem qualquer ato que desabone sua trajetória de 28 anos na Magistratura, dos quais 22 dedicados a Varas de Infância e Juventude.

Maurício Soares observou ainda que a medida protetiva de acolhimento está prevista no ECA desde 1990, sendo aplicada em casos excepcionais e, após

criteroso exame de cada caso concreto. Além disso, observou, todas as audiências e procedimentos são feitos com a participação do Ministério Público e da Defensoria Pública.

“A Amagis reafirma integral confiança na atuação do juiz Marcos Padula e tomará todas as providências necessárias à defesa de sua independência de julgar e de sua dignidade pessoal”, afirmou o presidente Maurício Soares. ■

# Associações tentarão reverter rezoneamento

AMB ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF

**A** Amagis acompanha, em Brasília, o andamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade, com pedido de medida cautelar, no Supremo Tribunal Federal (STF), ajuizada pela AMB, no dia 14 de junho, questionando os atos normativos do TSE que tratam do rezoneamento eleitoral no País.

Na ação, a AMB solicitou a impugnação da portaria 372/2017, de 12 de maio, revogada e substituída pela resolução 23.520/2017, de 1º de junho, que extinguirá mais de 900 zonas eleitorais nas cidades do interior, e a portaria 207/2017, que resultará no fim de 72 zonas eleitorais situadas nas capitais dos Estados. A AMB questionou ainda a resolução 23.512/2017, de 16 de março, que delegou ao presidente do TSE competência para expedir normas visando à adequação das zonas eleitorais.

## TRANSPARÊNCIA

Em cumprimento à resolução 23.512/2017, do TSE, o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG) sancionou, no dia 17 de agosto, a Resolução 139/2017, referente ao rezoneamento eleitoral no Estado. Presente à sessão, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, afirmou que a Associação manterá os esforços para tentar reverter a medida do TSE.

A resolução foi adotada após audiência pública em julho e consulta realizada até o dia 18 do mês passado, a fim de que magistrados, promotores, servidores, parlamentares, advogados e cidadãos pudessem se manifestar sobre a medida.

Na sessão, o presidente do Tribunal, desembargador Edgard Penna Amorim, agradeceu a compreensão dos membros da Corte Eleitoral e servidores e comentou que não era com satisfação que

FOTOS: GEORGIA BAÇVAROFF



Edgard Penna Amorim preside sessão do TRE sobre o rezoneamento



Maurício Soares acompanhou debate sobre o rezoneamento no TRE-MG

via a extinção de 45 zonas eleitorais.

“Não há dúvida de que o eleitor candidato, o partido político e o jurisdicionado são afetados quando se extingue uma zona eleitoral. E, no momento em que estamos procurando valorizar cada vez mais a Ma-

gistratura e o Ministério Público eleitoral, e os servidores, uma determinação superior nos impele a fazer o que, de espontânea vontade ou convicção, certamente não faríamos”, afirmou.

Edgard Penna Amorim disse ainda que o TRE-MG estará atento

a todas as necessidades da Justiça Eleitoral de Minas Gerais para minimizar os efeitos do rezoneamento e para garantir a operacionalização que se fizer necessária para dar continuidade aos trabalhos eleitorais nos municípios. ■

# Homenagem marca união contra nova previdência

GEORGIA BAÇVAROFF



Diretores da Amagis com magistrados aposentados durante a homenagem

**A** noite de homenagens aos aposentados, no dia 17 de agosto, foi também uma manifestação contrária a investidas ao Judiciário. Pelo menos, esse foi o tom dado pelo presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, em seu discurso na solenidade realizada em reconhecimento e valorização dos magistrados aposentados.

Maurício Soares disse que a Amagis, ao agraciar 21 juízes e desembargadores que se aposentaram em 2016, faz reverência à sua própria história, uma vez que, de acordo com ele, os magistrados, ativos e inativos, continuam sendo atores decisivos na luta associativa pe-

## Prerrogativas e direitos da classe foram defendidos durante tradicional celebração da Magistratura mineira

los direitos da classe.

“Vivemos tempos difíceis que desafiam a autonomia do Judiciário e a união e integração da classe”, observou o presidente ao afirmar que a Associação rejeitará qualquer iniciativa contra os direitos da Magistratura.



“Vivemos tempos difíceis que desafiam a autonomia do Judiciário e a união e integração da classe” – Maurício Soares

Em resposta às ameaças de retrocessos, como propostas de redução de pensões e cobrança de contribuições de inativos, consideradas por ele inadmissíveis, o presidente da Amagis reafirmou as lutas em defesa do tratamento isonômico entre magistrados de 1º e 2º grau e aposentados, bem como o resgate

da paridade e da integralidade entre ativos e inativos, e a valorização do tempo de permanência na carreira, como bandeiras fundamentais do associativismo mineiro.

Em um breve balanço, o presidente destacou a atuação das Associações estaduais de todo o País, entre elas a Amagis, que afastou os riscos de criminalização da atividade judicante, que ameaçava a independência da classe, e evitou a extinção do Fundo de Reparamento dos Tribunais. “Permaneceremos firmes na defesa da autonomia e aperfeiçoamento do Judiciário

rio e dos interesses da Magistratura”, pontuou Maurício Soares, ao afirmar que cada um dos aposentados homenageados eleva o nome do Judiciário brasileiro e dignifica a Magistratura.

Ao discursar em nome dos homenageados, o juiz Juarez Morais de Azevedo observou que o Poder Judiciário segue como um contraponto aos desmandos e ao nivelamento por baixo da seriedade e honestidade. “Aos que levanamente afirmam que a Justiça estaria usurpando competência de outros poderes, aos que desejam uma Magistratura muda e omissa, respondemos com nossas trincheiras de retidão, nossas armas constitucionais, nossa resistência, que se firma na defesa dos valores sociais” – Juarez Morais



“Aos que desejam uma Magistratura muda e omissa, respondemos com nossas trincheiras de retidão, nossas armas constitucionais, nossa resistência, que se firma na defesa dos valores sociais” – Juarez Morais

resistência, que se firma na defesa dos valores sociais mais profundos e permanentes”, disse.

O magistrado esclareceu que não defende a preponderância do Judiciário sobre os demais poderes, por acreditar na harmonia constitucional, mas destacou a importância de que as prerrogativas da classe sejam respeitadas e preservadas. “Não somos infalíveis, não temos a soberba da onipotência. Mas sabemos que o Poder Judiciário, com seus vários graus de decisão, com a possibilidade dos recursos a decisões colegiadas, com graus distintos de jurisdição, pratica com rigor o sistema de freios e contrapesos que está no âmago do sistema democrático”, destacou.

Na avaliação do juiz José Maria dos Reis, outro agraciado da noite, e diretor da Seccional da Amagis na Comarca de Divinópolis, mais do que o reconhecimento, a homenagem realizada pela Associação é um primeiro passo para que os magistrados que se aposentaram permaneçam ativos no associativismo. “Essa homenagem demonstra que a Associação

compreende que nós continuamos sendo juízes. É claro que na inatividade. Mas continuamos dentro da Associação como o colega da ativa está”, afirmou.

Segundo a desembargadora Márcia de Paoli Balbino, que se aposentou em 2016, não é só quando o juiz está na ativa que ele tem todo o suporte e apoio da Amagis, mas também quando ele se aposenta. “Não deixar que o colega aposentado se dissocie da classe é um papel fundamental da nossa Associação. Saudades serão muitas. E esse é um modo de estarmos perto dos colegas e a par da manutenção dos nossos direitos e conquistas”, comentou.

Para o juiz Luiz Tadeu Dias, da Comarca de Conselheiro Lafaiete, um dos homenageados da noite, a celebração demonstra que a Amagis está presente na vida dos juízes não só quando ele chega à Magistratura, mas também quando ele encerra sua atividade profissional. “Essa homenagem feita pela nossa Associação mostra que o elo entre os aposentados e os da ativa permanecerá sempre”, exaltou. ■

FOTOS: AMAGIS



Magistrados e familiares manifestam seu reconhecimento aos aposentados



Christyano Generoso, Juarez Morais e Maurício Soares discursam na homenagem

## MAGISTRADOS HOMENAGEADOS

- ▶ **Rogério Alves Coutinho** - desembargador
- ▶ **Márcia de Paoli Balbino** - desembargadora
- ▶ **Wagner Guerreiro** - juiz
- ▶ **Antônio Belasque Filho** - juiz
- ▶ **Juarez Morais de Azevedo** - juiz
- ▶ **Juarez Raniero** - juiz
- ▶ **Edilson Rumbelsperger Rodrigues** - juiz
- ▶ **José Donizeti Franco** - juiz
- ▶ **Antônio Carlos Dias de Aguiar** - juiz
- ▶ **Luiz Tadeu Dias** - juiz
- ▶ **Juscelino José de Magalhães** - juiz
- ▶ **Nilseu Buarque de Lima** - juiz
- ▶ **Vera Vasconcelos Barbosa de Alvarenga** - juíza
- ▶ **Clovis Cavalcanti Piragibe Magalhães** - juiz
- ▶ **Aida Oliveira Ribeiro** - juíza
- ▶ **José Maria dos Reis** - juiz
- ▶ **Mariza de Melo Porto** - desembargadora
- ▶ **Simonne Andréa Silva** - juíza
- ▶ **Beatriz da Silva Takamatsu** - juíza
- ▶ **Antônio Sérvulo dos Santos** - desembargador
- ▶ **Eduardo Mariné da Cunha** - desembargador



# Novos juízes reforçarão Judiciário mineiro

Vinte e dois novos magistrados participam do curso de formação da Ejef

IZABELA MACHADO



Novos juízes durante posse no Palácio da Justiça do TJMG

**A**té o dia 27 de novembro, os 22 novos juízes substitutos do TJMG, que tomaram posse, no dia 4 de agosto, irão participar do 12º Curso de Formação Inicial da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), que abordará, entre outros, temas como relações institucionais, ética e deontologia, filosofia do direito, resolução de conflitos e elaborações de decisões e sentença.

Na abertura do curso, o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, destacou que a formação na carreira é permanente e que a Ejef fornece aos magistrados a experiência da judicatura do ponto de vista prático. O magistrado enalteceu os 40 anos da Escola, completados em agosto, sendo, segundo ele, "reconhecida como um das mais competentes do País". O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, que participou da abertura do curso, apresentou a Associação aos novos juízes no

dia 16 de agosto (saiba mais na matéria ao lado).

Um dos empossados, Rafael Arrieiro Continentino reconheceu que a carência de magistrados existe, mas destacou que o TJMG não mediu esforços para empossar os novos juízes, para que eles trabalhem o máximo possível, tentando suprir um pouco dessa lacuna.

Para outro empossado, Eduardo Cunha Mansur, o momento atual impõe ao Judiciário mais flexibilidade e tecnologia para poder auxiliar a população, que espera por um processo cada vez mais rápido e efetivo. "Os desafios são grandes, assim como a vontade de trabalhar, ajudar as comunidades do interior de Minas e dar mais acesso à Justiça e à efetividade dos processos", disse.

Rodrigo Kuniuchi disse que espera unir a experiência adquirida com a Magistratura durante a formação propiciada pela Ejef, para levar uma justiça célere e efetiva a toda a sociedade mineira. "As minhas expectativas são as melhores possíveis: levar a justiça para as

peças e tentar julgar os casos o mais rápido possível porque a sociedade tem urgência nas decisões que tomaremos", comentou.

Na avaliação da juíza Maysa Silveira Urzêdo, na contemporaneidade, os magistrados têm um papel muito importante para a sociedade, e a carência de magistrados em Minas Gerais e em todo o País é muito grande. "Ser juiz hoje é realizar efetiva justiça. Agir de forma honesta e apresentar para a sociedade um trabalho de qualidade, com responsabilidade e dedicação", afirmou.

Os novos magistrados participaram ainda do módulo do curso da Escola Nacional de Formação de Magistrados, realizado nos dias 7 e 8 de agosto, que, no segundo dia, teve como palestrante o ministro João Otávio de Noronha, do Superior Tribunal de Justiça e Corregedor Nacional de Justiça, que falou sobre as qualidades necessárias ao exercício da Magistratura, os aspectos práticos da carreira, os desafios e as exigências atuais. ■

## CONHEÇA OS NOVOS JUÍZES

- Adriana Calado Paulino
- André Luiz Riginel da Silva Oliveira
- Eduardo Cunha Mansur
- Frederico Vasconcelos de Carvalho
- Guilherme Esch de Rueda
- Gustavo Eleutério Alcalde
- Gustavo Obata Trevisan
- Herrmann Emmel Schwartz
- Juliana Vênera de Campos e Silva
- Larissa Teixeira da Costa
- Lucas Fonseca Silveira
- Luís Henrique Guimarães de Oliveira
- Luiza Starling de Carvalho
- Marcelo Magno Jordão Gomes
- Maysa Silveira Urzêdo
- Paula Ozi Silva Rosalin de Oliveira
- Paulo Victor de França Albuquerque Paes
- Rafael Arrieiro Continentino
- Rodrigo Kuniuchi
- Roger Galino
- Ronaldo França Paixão Júnior
- Vinícius Pereira de Paula

# Amagis é apresentada aos novos magistrados

Presidente Maurício Soares destacou atuação em defesa da classe

Com quase 62 anos, a Amagis representa um importante capítulo da história da Magistratura mineira. E foi para falar da importância do associativismo para a classe, que, a diretoria da Associação, reuniu-se, no dia 16 de agosto, com os novos juízes no curso de Formação inicial da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef).

Durante o encontro, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, apresentou a Associação e falou sobre a atuação em defesa das prerrogativas da classe, cujo eixo, em Minas e em Brasília, para impedir a tentativa de retrocessos institucionais, tem sido o diálogo com os Três Poderes. “Essa interlocução com parlamentares e o constante diálogo são pilares da Amagis, juntamente com

GEORGIA BAÇVAROFF



Maurício Soares fala aos novos juízes

as demais Associações estaduais de magistrados”, afirmou.

Maurício Soares destacou ainda o papel da Comissão de Segurança da Amagis, que atua em conjunto com a Comissão de Segurança Institucional do TJMG (Cosegui), do departamento jurídico da Associação, do departamento de Comunicação e convênios oferecidos aos associados.

A vice-presidente Administrativa da Amagis, juíza Cristiana Gualberto, destacou a atuação

da Associação junto ao TJMG, para o desenvolvimento de políticas para melhoria das condições de trabalho dos juízes de primeira instância, cujas propostas são discutidas no comitê gestor do Tribunal.

O juiz José Martinho Nunes Coelho, vice-presidente de Aposentados e Pensionistas, conversou com os novos juízes sobre a importância de se planejar o futuro e registrou também a atuação da Associação contra a reforma da previdência. Ele

ressaltou ainda a liquidez financeira da Associação e da Amagis Saúde. Os benefícios do plano de saúde da Amagis também foram apresentados aos magistrados.

A estrutura oferecida pela Associação, como o Parque Esportivo, as Colônias de Férias e o Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsito (CAMT), os torneios esportivos e as revistas MagisCultura e a Amagis Jurídica foram apresentadas pelo juiz Ricardo Torres Oliveira, vice-presidente Socio-cultural Esportivo. ■

## RÁPIDAS

★ **O desembargador Doorgal Andrada e o secretário de Estado de Cultura de Minas Gerais, Angelo Oswald, lançaram, no dia 4 de agosto, em Barbacena (Zona da Mata mineira), o livro ‘Barbacena, Ontem e Hoje’. A obra faz um paralelo entre as imagens antigas da cidade com um retrato (fotografias) dos dias atuais.**

★ **O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, e o vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas da Associação, juiz José Martinho Nunes Coelho, realizaram, no dia 2 de agosto, uma visita de cortesia ao presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro. Os magistrados aproveitaram a ocasião para discutir assuntos institucionais.**

★ **Neste mês, a ministra Cármen Lúcia, presidente do STF, voltou a dar aulas na Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas, no Campus Coração Eucarístico, em Belo Horizonte. A magistrada assumiu a disciplina de Direito Constitucional, na graduação, e passou a conciliar a docência com a atividade judicante.**

# Ministro vê influência econômica sobre Direito

Magistrado participa das comemorações dos 40 anos da Ejef

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luiz Fux, foi um dos palestrantes do seminário 'Direito e Formação Humanística: Desafios Contemporâneos do Poder Judiciário', realizado pelo TJMG em comemoração aos 40 anos da Ejef. O ministro abordou o tema "Análise Econômica do Direito no Novo CPC", para um auditório composto por pessoas "que consagram sua vida à justiça".

Segundo Luiz Fux, verifica-se, atualmente, uma influência de um novo pensamento jurídico aplicável à prestação jurisdicional, por meio de uma análise econômica que visa verificar de que forma o Direito pode ser eficientemente aplicado.

Ele trouxe aspectos do novo Código Civil que consagram instrumentos que tornam mais eficiente o exercício da justiça. Falou, também, do direito ao acesso à justiça e destacou a conciliação como forma razoável de solução de conflito.

O vice-presidente do TSE chamou atenção para o fato de que o novo sempre surpreende e que as pessoas têm dificuldade de aceitar mudanças. Ele considerou que, num primeiro momento, o Código Civil causou essa sensação de desconsideração.

"Não se pode servir simultaneamente a nossa época e a todas as épocas, nem escrever o mesmo poema para deuses e homens", disse o ministro Luiz Fux.

A palestra do ministro integrou as comemorações pelas quatro décadas da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes. Na abertura do seminário, o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, afirmou que a Escola se fez presente nos principais momentos da história da Justiça de Minas Gerais e permanece viva na atuação dos magistrados e servidores do Judiciário mineiro.

O presidente do Tribunal registrou ainda que a escola se renova

FOTOS: RENATA CALDEIRA



Ministro Luiz Fux, do STF, palestrou no seminário comemorativo



Herbert Carneiro, presidente do TJMG, discursou durante a solenidade

a cada ano. "Daqui a mais quatro décadas, a Ejef será (literalmente) uma bela e viçosa jovem de 80 anos, que, não obstante toda a rica bagagem que acumulará e compartilhará a cada ano vindouro, continuará sempre pertencente ao seu tempo", comentou Herbert Carneiro, ao reconhecer a contemporaneidade da Escola.

O desembargador Wagner Wilson, su-

perintendente da Ejef e 2º vice-presidente do TJMG, disse que a Escola surgiu para sanar a carência na formação e seleção dos novos juizes que ingressavam na Magistratura, preparando-os para atuar nas comarcas, ao contrário do que ocorria antes da criação da Escola, quando os magistrados tomavam posse e já assumiam a atividade judicante.

O seminário contou ainda com as palestras dos professores Luís Henrique Eloy e Silva (PUC-Minas), José Ricardo Cunha (UERJ) e Alysson Mascaro (USP).

Como parte das comemorações, foram homenageados os ex-superintendentes e ex-diretores da Escola com a medalha Desembargador Edésio Fernandes. ■

Com informações do TJMG

# Método dá protagonismo e valoriza as mulheres

Audiência prioriza o lugar de fala das vítimas de violência doméstica

**H**á seis meses, quando passou a observar a necessidade que as mulheres vítimas de violência doméstica tinham de dizer para seus agressores sobre todo o sofrimento que guardavam e se sujeitavam, em relações marcadas por anos de submissão, o juiz Marcelo Gonçalves de Paula, da 14ª Vara Criminal de Belo Horizonte, criou a 'audiência de fortalecimento'. Trata-se de uma prática que valoriza o lugar de fala das mulheres.

Segundo o magistrado, o método é adotado nas audiências quando há evidências de que as medidas aplicadas ao agressor não estão sendo cumpridas por ele. A partir do momento em que o magistrado constata a relação de submissão entre vítima e agressor, a audiência em curso pode ganhar o caráter de fortalecimento quando, com a concordância da mulher agredida, ela passa a falar, e o homem, apenas a ouvir.

"Quando há a inversão das posições dessa relação, passando a mulher a falar e o homem a ouvir, mudam-se os papéis, e ela toma consciência de suas ações, opiniões e decisões. Enfim, passa a ter atitudes para ser ouvida e respeitada por ele", observou Marcelo Gonçalves, para quem a mulher deixa a posição de vítima e surge na condição de protagonista de sua recuperação, "buscando com liberdade psicológica a realização de seus sonhos, desejos e vontades".

A prática não se limita ao empoderamento da mulher durante a audiência de fortalecimento. As vítimas são encaminhadas para o Centro Risoleta Neves, em Belo Horizonte, onde são assistidas por psicólogos, assistentes sociais e terapeutas e, quando necessário, são encaminhadas para abrigos.

Já os agressores são obrigados a comparecer ao Projeto Dialogar, da Polícia Civil de Minas Gerais, no qual devem participar de oito sessões dos grupos reflexivos. Para o juiz Marcelo Gonçalves, os grupos ajudam a reduzir os índices de violência contra as mulheres, na medida em que busca desconstruir os valores machistas do homem.

"O agressor será trabalhado para uma nova visão dessa relação, onde respeito, confiança, amor ao próximo, independentemente de gênero, devem ser entendidos e sentidos por ele", esclareceu o magistrado. ■

RAUL MACHADO / TJMG



Juiz  
Marcelo  
Gonçalves  
de Paula

 **HGC**  
SAÚDE

**WIDEX®**

APARELHOS AUDITIVOS

FEITO PARA VOCÊ



**A PARTIR DE AGORA  
A HGC SAÚDE POSSUI  
CONVÊNIO COM A AMAGIS.**

- 10% de desconto a vista
- Garantia de acordo com o modelo adquirido.
- teste domiciliar sem compromisso

Entre em contato:

31 3261-8003 (Matriz)

Av. Getúlio Vargas, 668,

Loja 1 e 2 - Funcionários.

31 3653-8003 (Filial)

Rua Padre Rolim,

769/501 - Santa Efigênia



lucasleiloeiro.com.br



fernandoleiloeiro.com.br



jonasleiloeiro.com.br

Sr(s) Magistrado(s): Realize seus leilões com o Leiloeiro Público Oficial



Publicidade



Suporte Jurídico



Site com 100.000 visualizações mês



Equipe especializada e Treinada



Software exclusivo e cadastro de arrematantes e interessados.

Leilões On line e Simultâneos



(37) 3242-2218 | (37) 99862-5659 | leiloesmg@leiloesmg.com.br



**GRUPO CRÉDITO**

Recuperação Judicial

Falência

Execução

Despachantes - Engenheiros  
Economistas - Liquidantes Judiciais  
Corretores Imobiliários - Contabilistas  
Administradores Judiciais

Contato - Fernando C. Moreira Diretor - (37) 99947-7742 fernando@grupocredito.com.br

# Auditório será modernizado

Espaço receberá melhorias na acessibilidade

FOTOS: REPRODUÇÃO



Perspectiva de como ficará o auditório da Amagis após a reforma

Construído há 35 anos, o auditório da Amagis ficará fechado nos próximos meses para obras de modernização do espaço, que incluem a melhoria na acessibilidade, na climatização, na estrutura técnica e no espaço destinado à recepção de magistrados e convidados que participam das palestras, seminários, reuniões e assembleias da Associação.

Vistoriada pela Comissão de Obras da Amagis, a reforma inclui ainda a melhoria da acústica do auditório, eliminando os ruídos causados atualmente pelo sistema de ventilação, e a criação de uma sala técnica para o controle dos sistemas de áudio e vídeo. O espaço destinado à recepção dos convidados também será modernizado, ga-

rantindo mais conforto e comodidade.

Como tem feito em todas as obras de preservação, valorização e modernização do patrimônio da Associação, o auditório também será adaptado para garantir a mobilidade de pessoas portadoras de deficiência. Os degraus serão eliminados e substituídos por uma rampa de acesso. Junto aos assentos, será criado um lugar adequado a cadeirantes.

O projeto inclui ainda o aproveitamento de todo o mobiliário do audi-

tório, reduzindo os custos da obra.

Nesse período, a Amagis realiza também a revitalização da fachada do prédio, eliminando infiltrações identificadas pelo Departamento de Patrimônio e Administração da Associação. A manutenção da piscina do Parque Esportivo já foi concluída e ela já está liberada para o uso dos associados.

## LOCAÇÃO

Assim como o Salão de Festas da Amagis, o auditório também poderá ser

alugado. De acordo com o regulamento das unidades sociais da Associação, a locação do espaço será feita mediante proposta aprovada pela diretoria da Associação, por tempo, horário e valores determinados.

O valor do aluguel é revisto periodicamente e fixado por ato administrativo da diretoria da Amagis, mediante proposta da vice-presidência Sociocultural e Esportiva. Leia o regulamento de usos das unidades sociais da Associação no site [amagis.com.br](http://amagis.com.br). ■



Rampa de acesso facilitará a mobilidade no espaço

## CONVÊNIOS

### ★ HGC CENTRO AUDITIVO LTDA – WIDEX APARELHOS AUDITIVOS

Desconto de 10% à vista, e 5% de desconto em até 10 vezes no cheque ou 6 vezes no cartão de crédito. Desconto não cumulativo com outras promoções. Garantia de 2 a 4 anos, de acordo com o modelo adquirido.

**Lojas:** Savassi e Santa Efigênia, em BH  
**Telefones:** (31) 32618003 ou (31) 36538003

### ★ MG ONCOLOGIA DROGARIA LTDA

Desconto de 12% sobre o preço de lista ou pelo preço promocional. Desconto não cumulativo.

**Telefone:** (31) 3222-6099  
**Endereço:** Rua Piauí, 646 – Santa Efigênia, BH

### ★ DROGARIA REMEDIAL

Desconto de 10% em medicamentos éticos; 25% em genéricos; 35% em similar; 5% em perfumaria. Entrega a domicílio em Uberlândia sem taxa de entrega  
**Telefone:** (34) 32247200 ou (34) 32310200

**Endereço:** Av. Belo Horizonte, 1119 – Martins, Uberlândia (MG)

### ★ TERAPIA DE EXPANSÃO DO SER

Psicoterapia transpessoal; massoterapia oriental; detox; revitalização; Programa Beleza Vital; Acupuntura sistêmica; auriculopuntura; reequilíbrio energético. Todos os atendimentos com desconto de 20% para filiados da Amagis.

**Endereços:** Rua dos Aimorés 1297 salas 801/802 – Funcionários, BH e Rua Marechal Floriano 14, loja 10 – Centro, Itabirito (MG)  
**site:** [expansãodoser.com.br](http://expansãodoser.com.br)



Consulte o regulamento das unidades sociais no site [amagis.com.br](http://amagis.com.br)

# Ministros realizam palestra no TJMG

Magistrados falam sobre experiência do STJ na gestão de precedentes

IZABELA MACHADO



Ministros do STJ, dirigentes do TJMG e magistrados durante o encontro

O TJMG recebeu, no dia 7 de agosto, os ministros Paulo de Tarso Sanseverino, Assusete Magalhães e Rogerio Schietti Cruz, todos do Superior Tribunal de Justiça (STJ), para o encontro Metodologia de Gestão de Precedentes com a Integração do STJ e dos Tribunais de Segundas Instâncias.

O ministro Paulo de Tarso Sanseverino, presidente da Comis-

são Gestora de Precedentes do STJ, destacou que as propostas dos encontros são feitas a partir do diálogo com os magistrados da Justiça Estadual, para buscar uma boa gestão nas demandas repetitivas e visando uma maior integração entre os Tribunais Superiores e de segundo grau.

A ministra Assusete Magalhães destacou que, no País, o ingresso de novos pro-

cessos no Judiciário supera o número de processos baixados, aumentando o acervo. De acordo com a magistrada, práticas adotadas pelo STJ na gestão de precedentes podem ser replicadas nos Tribunais, trazendo benefícios significativos.

Segundo o ministro Rogerio Schietti Cruz, o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e o Incidente de Assunção

de Competência são dois recursos que contribuem para que alguns problemas relacionados ao excesso de processos possam ser resolvidos.

Na avaliação do presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, o tratamento adequado às demandas de massa traz racionalidade e eficácia à Justiça, e a gestão de precedentes é uma importante política pública. O vice-presidente Financeiro da Amagis, desembargador Alberto Diniz, participou do encontro, representando o presidente da Associação, desembargador Maurício Soares. ■

## RÁPIDAS

★ **O presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, recebeu, no dia 18 de agosto, na sede do Tribunal, uma visita de cortesia do ministro do Supremo Tribunal Federal e vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Luiz Fux. Na ocasião, foram tratados temas referentes ao Poder Judiciário.**

★ **As inscrições para a 6ª edição do Prêmio Amaerj Patrícia Acioli de Direito Humanos podem ser feitas até o dia 16 de setembro, pelo site [amaerj.org.br/premio](http://amaerj.org.br/premio). Serão avaliadas iniciativas com o tema 'Direitos Humanos e Cidadania', nas categorias reportagens jornalísticas, trabalhos dos magistrados, práticas humanísticas e trabalhos acadêmicos.**

★ **O desembargador Manoel dos Reis Moraes tomou posse, no dia 16 de agosto, no cargo de ouvidor substituto do TJMG. O termo foi assinado pelo presidente do Tribunal, desembargador Herbert Carneiro. O novo ouvidor do TJMG, desembargador Luiz Carlos Baldino Gambogi, participou do ato de posse.**

# Previdência complementar

Diretoria recebeu representantes da Prevcom-MG na sede da Associação

IZABELA MACHADO



Maurício Soares e diretores da Amagis com representantes da Prevcom-MG

**A**tenta à necessidade de os magistrados terem alternativas para planejar sua aposentadoria, a diretoria da Amagis recebeu, no dia 3 de agosto, representantes da Fundação de Previdência Complementar de Minas Gerais (Prevcom-MG), que, nos próximos meses, pretende apresentar a juízes e desembargadores o funcionamento do seu plano de previdência complementar.

A Prevplan, plano de previdência complementar da Prevcom-MG, opera na modalidade de contribuição definida, na qual o valor do benefício programado é ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante de acordo com as regras definidas no regulamento do plano de benefícios.

Instituída em 2014, a Prevcom-MG é uma entidade de previdência complementar de caráter privado, autônoma, facultativo e contratual, voltada para os servidores públicos, titulares de cargos efetivos, dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, do Ministério Público, da De-

fensoria Pública e do Tribunal de Contas, bem como os membros da Magistratura.

Entre as vantagens apresentadas pelos representantes da Prevplan, estão o baixo custo, incentivos fiscais e a participação dos beneficiários na gestão do plano, por meio de eleições. Tire algumas dúvidas sobre o plano no infográfico ao lado e saiba mais no site [prevcommg.com.br](http://prevcommg.com.br).

## JUSPREV

Outra opção de previdência complementar oferecida à Magistratura é a Jusprev, plano de Previdência Associativa do Ministério Público, da Justiça Brasileira e dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, instituída em 2007, que tem a Amagis como uma de suas instituidoras.

O plano de benefícios oferecido pela Jusprev é o Planjus, que opera na modalidade de contribuição definida, com regime de capitalização, cobertura de risco e regime de contas individuais. Saiba mais sobre a Jusprev no site [jusprev.com.br](http://jusprev.com.br). ■

## CONHEÇA A PREVPLAN

### Quem pode participar do plano de benefícios Prevplan?

Os servidores públicos, titulares de cargos efetivos, dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas, bem como os membros da Magistratura, do Ministério Público e Defensoria Pública e os conselheiros do Tribunal de Contas.

### Como fazer a inscrição nos planos de benefícios?

Os servidores públicos, titulares de cargos efetivos e membros de Poder interessados, que decidirem por se inscrever no Plano de Benefícios Prevplan, deverão agendar a visita de um dos consultores da Prevcom-MG, por meio do e-mail: [contato@prevcommg.com.br](mailto:contato@prevcommg.com.br) ou pelos telefones (31)2526-0038 ou (31) 2526-0054.

### Como funciona a contribuição do participante ativo normal para a Prevcom-mg?

A contribuição é calculada aplicando-se um percentual a ser escolhido pelo participante sobre a diferença entre sua remuneração básica e o teto do RGPS (Regime Geral de Previdência Social/INSS). Vale lembrar que, para estes participantes, existe a contrapartida de forma paritária da patrocinadora, limitada ao percentual de 7,5%.

### Há limite para a contribuição? Até quanto o Estado contribui?

O servidor titular de cargo efetivo e membro de Poder poderá contribuir com o percentual que desejar, de acordo com a tabela disponível no site [prevcommg.com.br](http://prevcommg.com.br). Porém, cabe ressaltar que, o Estado contribuirá paritariamente com o participante somente até o limite de 7,5% sobre a parcela que ultrapassar o valor do teto do RGPS.

FONTE: PREVCOM-MG



Saiba mais sobre a Prevplan no site [prevcommg.com.br](http://prevcommg.com.br)

# MagisCultura traz obra de Silviano Santiago

Viola mineira será o tema da capa da próxima edição da revista

**A** Amagis lançará, no dia 28 de setembro, a 18ª edição da revista MagisCultura Mineira. Desta vez, a publicação homenageará o escritor mineiro Silviano Santiago e o regionalismo, trazendo em sua capa uma ilustração sobre a viola mineira, de autoria da artista plástica Sandra Bianchi.

Ensaísta, poeta, contista e romancista, Silviano Santiago é natural de Formiga (Centro-Oeste de Minas), passou por Belo Horizonte e, atualmente, mora no Rio de Janeiro. O escritor teve seu primeiro conto, 'Os Velhos', publicado em 1955, na Revista Complemento, que ele ajudou a idealizar.

Bacharel em Letras Neolatinas pela UFMG, em 1959, e doutor em Letras pela Universidade de Paris, Sorbonne, em

1968, Silviano Santiago foi professor em universidades norte-americanas, como Stanford, Yale e Princeton, na de Toronto (Canadá), na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e na Universidade Federal Fluminense.

Entre as obras do autor, estão 4 poemas, *Duas faces*, *O olhar*, *Carlos Drummond de Andrade* (ensaios), *Em liberdade* e *Mil Rosas Roubadas*, que retrata a adolescência do escritor em Belo Horizonte.

Além de homenagear escritores mineiros, a MagisCultura busca resgatar as tradições do Estado. Neste mês, o tema será a viola mineira. De acordo com estudiosos, o instrumento está presente em diversas manifestações da cultura popular, como folias, catiras, batuques e festas de devoção.



## Prêmio incentiva escritores mineiros

Inscrições para a premiação estão abertas até 10 de outubro

Estão abertas, até o dia 10 de outubro, as inscrições para a edição 2017 do Prêmio Governo de Minas Gerais de Literatura, que promove o reconhecimento de grandes nomes da arte literária e abre espaço para jovens escritores mineiros. O valor total da premiação de R\$ 258 mil distribuídos nas categorias poesia, ficção,

conjunto da obra e jovem escritor mineiro.

O limite de idade para a inscrição na categoria 'jovem escritor mineiro' foi ampliado de 25 para 32 anos, no edital deste ano, e o autor precisa ser natural de Minas Gerais ou residir no Estado há pelo menos cinco anos. As modalidades 'poesia e ficção' são abertas para escritores profis-



Veja o edital do prêmio literário no link [goo.gl/Wjt0hv](http://goo.gl/Wjt0hv)

sionais e iniciantes. O concorrente deve ser maior de 18 anos, nascido ou naturalizado no Brasil e residir em território nacional.

Não há inscrições na categoria 'conjunto da obra'. O premiado é indicado por uma comissão especial, levando em consideração a relevância da contribuição de sua produção para a literatura brasileira.

Os vencedores nas categorias 'poesia e ficção' receberão R\$ 30 mil cada, e

o escolhido na modalidade 'jovem escritor mineiro' receberá R\$ 48 mil, dividido em seis parcelas de R\$ 8 mil, para a pesquisa e produção de um livro. O homenageado pelo conjunto da obra será agraciado com R\$ 150 mil.

As inscrições podem ser feitas pelo endereço eletrônico [goo.gl/Wjt0hv](http://goo.gl/Wjt0hv), e mais informações, pelo telefone (31) 3269-1142 ou pelo e-mail [suplemento@cultura.mg.gov.br](mailto:suplemento@cultura.mg.gov.br).



ARQUIVO PESSOAL

# Juiz Adilon Cláver de Resende

**Dados da Serasa Experian apontam que a quantidade de pedidos de recuperações judiciais aumentou 44,8% no último em 2016. Apesar de registrar redução no volume desses processos em Belo Horizonte, no primeiro semestre de 2017, o juiz Adilon Cláver de Resende, da 2ª Vara Empresarial, acredita que esse número deve crescer na capital mineira até o final do ano.**

**Para o magistrado, o principal motivo da ampliação dos pedidos de recuperação judicial, no último ano, tem como explicação a crise econômica, que, na avaliação dele, atingiu de forma significativa toda a atividade econômica.**

*“Penso que a crise econômica, que assola o País há anos, atingiu de forma significativa toda a atividade econômica”*

*“A expectativa é de que tenhamos um aumento desses pedidos (recuperação judicial) na capital mineira até o final deste ano”*

## Quais as causas do aumento de pedidos de recuperação judicial?

Penso que a crise econômica, que assola o País há anos, atingiu de forma significativa toda a atividade econômica. Naturalmente, há outras situações em torno do aumento dos pedidos de recuperação judicial, mas, sem dúvida alguma, lamentavelmente, a crise econômica levou muitas empresas a bancarota.

Em Belo Horizonte, apesar de notarmos que tanto os pedidos de recuperação judicial, quanto processos de falência diminuíram em comparação ao ano passado, ainda não foi possível identificar se essa redução é um indicativo de que a crise econômica possa estar passando, ou de um desânimo dos empresários para os quais essas medidas não resolveriam muita coisa. Apesar da redução, a expectativa é de que tenhamos um aumento desses pedidos na capital mineira até o final deste ano.

## A resistência dos empresários pode ser em função do estigma de quebradeira, de falência?

Na verdade, quando um empresário procura a recuperação judicial, em pouquíssimos casos, ele acredita que realmente há uma solução. Na maioria das situações, a recuperação judicial torna-se uma transição menos

dolorosa do que uma falência que se avizinha, pois grande parte desses processos acaba sendo transformada em falência, levando ao fim da empresa. O problema é que, muitas vezes, o empresário não consegue realmente cumprir o plano de recuperação da empresa, e a falência acaba virando uma consequência natural.

## Como o senhor avalia a concordata e a recuperação judicial?

Na minha avaliação, a concordata era mais benéfica para o empresário em comparação à recuperação judicial. Com a concordata, ele tinha uma remissão de parte da dívida. O desconto era negociado de acordo com o prazo de pagamento, segundo os critérios e percentuais estabelecidos pela antiga Lei de Falências.

Antes, o empresário buscava a concordata planejando a sequência de sua atividade, de acordo com o desconto que ele teria na sua dívida. Hoje, pode até haver um abatimento no valor devido, mas ele deve ser negociado e aprovado na assembleia de credores, na qual deve ser apresentado o plano de recuperação da empresa.

Na concordata, o credor era passivo. Hoje, ele é protagonista do processo. Foi positivo o reconhecimento da importância do credor, pois, em última análise, é a ele que interessa tanto a recuperação da empresa ou até mesmo

o processo de falência.

## A recuperação judicial pode ser feita fora do Judiciário?

Trata-se da recuperação extrajudicial, mas que, na verdade, não exatamente é feita fora da justiça. Ao devedor, é permitido chamar os seus credores para uma assembleia e tentar negociar a recuperação da empresa diretamente com eles. Uma vez aprovado o plano de recuperação, ele é submetido ao juízo que pode homologar ou não o acordo firmado entre as partes. Com isso, a rigor, acaba ocorrendo uma ingerência do Judiciário nessa negociação.

Normalmente, a recuperação extrajudicial é feita pelo próprio credor, com o auxílio de seus profissionais, reduzindo custos. Já na recuperação judicial feita pelo Judiciário, há o administrador judicial, nomeado pelo magistrado, que é um representante da Justiça remunerado, que atua como elo do juízo e do processo com a empresa e os credores.

É importante destacar que, ao juiz do processo, não cabe avaliar a viabilidade do plano de recuperação da empresa. Ao magistrado, compete analisar se todos os aspectos formais da legislação foram observados ali. ■

# Reforma política e campanha eleitoral

Financiamento público de campanha exige retomada da ética

AGNALDO RODRIGUES PEREIRA\*

No ano de 2010, publiquei artigo intitulado “O financiamento público das campanhas eleitorais e a ética”, no qual abordei o tema relacionado ao modus como são financiadas as campanhas eleitorais no Brasil; os gastos elevadíssimos e a sonegação de informações dos gastos reais ao TSE: “Cada 1 real declarado ao TSE corresponde a 10 reais efetivamente gastos”, normalmente oriundos do famoso caixa dois.

Naquela oportunidade, destaquei que “inexiste almoço grátis” e, assim, a coalizão entre candidatos e lobistas, era perniciososa e fomentadora da corrupção, a qual, custaria ao País de 20 a 40 bilhões de dólares por ano, com consequências gravíssimas para o nosso desenvolvimento econômico.

Com suporte em abalizados estudos, sugeri, então, o financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais, com a possibilidade de restabelecimento da ética na administração da coisa pública; maior igualdade de “armas” entre os candidatos e a abertura de espaços para concorrentes oriundos de classes mais pobres da sociedade.

Apresentei, ainda, a projeção do valor para financiamento das campanhas, em anos eleitorais, correspondente a US\$ 1,84 bilhões, o qual, em comparação com o rombo ocasionado pela corrupção, de US\$ 20 a 40 bilhões, ficaria muito aquém para o “bolso da população”, concluindo que 1º) o resgate de cidadãos já descrentes com os rumos da política, íntegros e compromissados com o interesse público, aptos a serem inseridos nas disputas para os cargos, mas desafortunados de recursos, passa pelo financiamento público

das campanhas eleitorais; 2º) imprescindível que os recursos sejam rigorosamente fiscalizados, criando-se mecanismos aptos para

**“O FINANCIAMENTO PÚBLICO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS DÁ MOSTRA QUE É, ALÉM DE DEMOCRÁTICO, UMA BOA OPÇÃO PARA REDUÇÃO DA CORRUPÇÃO, COM A EXTINÇÃO DE BENESSES PARA LOBISTAS, AUMENTANDO, COM ISSO, OS RECURSOS PARA OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS”**

o acompanhamento e controle dos gastos, com a participação direta da sociedade, polícias, receitas federal, estaduais e municipais e do Banco Central, em apoio à Justiça Eleitoral, e, 3º) seja sob o ângulo econômico ou ético, o financiamento público das campanhas eleitorais dá mostra que é, além de democrático, uma boa opção para redução da corrup-

**“CABE À SOCIEDADE CIVIL PARTICIPAR ATIVAMENTE E APRESENTAR PROJETOS, ESTUDOS, PESQUISAS E NÚMEROS, REIVINDICANDO JUNTO AOS LEGISLADORES (DEPUTADOS E SENADORES) UMA AMPLA REFORMA POLÍTICA E NÃO UM ARREMEDO DE REFORMA”**

ção, com a extinção de benesses para lobistas, aumentando, com isso, os recursos para obras e serviços públicos essenciais.

Pois bem.

Transcorridos mais de 7 anos, o tema continua atual e palpitante, já que a Comissão Especial da

ção dos mandatos; (iii) reavaliação do sistema de governo: parlamentarista ou presidencialista; (iv) voto distrital e não “distritão” e (v) adequação do fundo à realidade orçamentária brasileira, com a possibilidade de fixação de valores substanciais apenas e tão somente nos anos eleitorais e, nos demais anos, apenas o indispensável para custeio das despesas ordinárias para manutenção dos partidos políticos!

A questão está posta!

Cabe à sociedade civil participar ativamente e apresentar projetos, estudos, pesquisas e números, reivindicando junto aos Legisladores (deputados e senadores) uma ampla reforma política e não um arremedo de reforma, que não surtiria os efeitos almejados para inibição da corrupção oriunda do lobismo, viabilizando a eleição de novos candidatos, mais comprometidos com a ética e com os anseios da população.

A mudança não é ruim..., o problema é como será forjada!!! ■

\*Juiz da 2ª Vara de Feitos Tributários da Comarca de Belo Horizonte

(i) redução do número de partidos políticos; (ii) unificação das disputas num mesmo ano, com a redefinição do prazo de dura-

## VIA JUSTIÇA

## PENSAMENTO JURÍDICO



FERNANDA MARQUES



KELLY SANTOS

### Multiparentalidade

A multiparentalidade trata-se da possibilidade jurídica confiada ao genitor biológico ou do genitor afetivo de invocarem os princípios da dignidade humana e da afetividade para ver garantida a conservação de vínculos parentais. Nossos convidados, o juiz Clayton Rosa de Resende, da 5ª Vara de Família de BH, e Sofia Rabelo, diretora de Direito de Família do IAMG, falam sobre o assunto.

### População de rua

Os principais motivos para as pessoas morarem nas ruas, de acordo com a Secretária Municipal de Políticas Sociais, são os conflitos familiares e envolvimento com drogas. O juiz Sérgio Henrique Cordeiro Caldas Fernandes, auxiliar da Corregedoria, e o promotor André Sperling Prado, coordenador da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais do Ministério Público, falam sobre o assunto.

### Armadilhas da internet

O Ministério Público de Minas Gerais recomenda que escolas e os pais orientem crianças e adolescentes sobre uso seguro da internet após o violento jogo virtual 'Baleia Azul'. Convidamos a juíza Valéria Rodrigues, da Vara Infração da Infância e Juventude de BH, e Luis Felipe Silva Freire, presidente da Comissão de Informática, Direito Eletrônico e Crimes Eletrônicos da OAB/MG.

### Gestão Estratégica

A Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015-2020 foi reformulada com a contribuição dos magistrados e servidores. Para falar sobre o assunto, convidamos a juíza Eveline Mendonça Félix Gonçalves, superintendente de Planejamento da Corregedoria, e o juiz Marcus Vinícius Mendes do Valle, orientador do Núcleo de Suporte ao Planejamento e à Gestão da Primeira Instância, do mesmo órgão. ■

### Direito de vizinhança

A satisfação do direito de um morador, às vezes, pode provocar restrições e até mesmo violação dos direitos do seu vizinho. Quais são os conflitos mais comuns entre donos de imóveis próximos um do outro? O que vem a ser o direito de vizinhança, seus alcances e limites? Para falar sobre o assunto, convidamos o juiz Carlos Alexandre Romano Carvalho, da 2ª Vara Cível da Comarca de Lagoa Santa. (Foto)

### Validação de provas

Atualmente, o noticiário político se transformou em páginas de um inquérito policial sem-fim. Gravações, quebra de sigilos e grampo telefônico são usados constantemente para a formação de provas contra pessoas influentes. Quais são os tipos de provas que podem incriminar uma pessoa? Nossa convidada é a juíza Luziene Medeiros do Nascimento Barbosa, da 6ª Vara Criminal de Belo Horizonte.

### 15 anos da TV Justiça

A TV Justiça foi criada em 2002 para dar espaço às ações do sistema de Justiça e, ao mesmo tempo, dar mais transparência em suas decisões e mais acesso ao cidadão. Quinze anos depois, essa missão foi cumprida? Convidamos para falar sobre a história e parceria da Amagis com a emissora, o ex-presidente da Associação Doorgal Andrada e o atual presidente Maurício Soares.

### Infraestrutura do Judiciário

O TJMG tem um projeto ousado de construir e reformar os prédios de seus fóruns nos próximos sete anos para melhorar a qualidade de atendimento e acessibilidade ao cidadão, trazer economia e condições adequadas para o funcionamento do Judiciário. Qual o alcance do projeto e o custo do investimento? Nosso convidado é o desembargador Cássio Salomé, superintendente de Obras do TJMG. ■

#### TV ASSEMBLEIA

Sexta-Feira, às 23h

**TV JUSTIÇA** Quarta-feira, às 9h30

**TV COMUNITÁRIA** Sexta-Feira, às 23h30

#### TV

#### TV JUSTIÇA

Sexta-feira, às 9h30

**TV COMUNITÁRIA**

Sábado, às 22h

# ABANDONO DE CRIANÇAS

## Denúncias de violência correspondem a 40%

TARCÍSIO MARTINS COSTA\*

**P**ara quem atuou por 10 anos na Vara da Infância e da Juventude de Belo Horizonte, é com o coração partido que leio nos jornais do País que a maioria das ligações, recebidas pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, fala sobre infantes abandonados pelos pais. Crianças são deixadas sozinhas em casa ou bebês largados na rua, até mesmo dentro de lixeiras. Sabe-se que o abandono é a maior causa de violência contra a criança de até 9 anos. No ano passado, só a Secretaria de Direitos Humanos recebeu 82 mil denúncias. A Polícia Militar de todo o Brasil, por sua vez, atende diariamente a centenas de ligações sobre abandono de infantes.

Esta coluna, aparentemente, foge à sua finalidade econômica. Mas a internação precoce traz repercussões gravíssimas nessa área, lembrando apenas os seus custos. E a tragédia assustadora dos danos emocionais para os pequenos e suas nefastas consequências? Em qualquer país do mundo, esses dados provocariam um escândalo.

O pensador italiano Primo Levi, que vivenciou a dolorosa experiência da institucionalização, sintetizou o efeito destrutivo do abandono através do conceito de homem vazio: "Imagine, junto com as pessoas amadas, lhe são levados sua casa, seus hábitos, suas roupas, tudo enfim, literalmente tudo que possui: será um homem vazio, condenado a sofrimento e necessidade, esquecido da dignidade e discernimento, já que acontece facilmente a quem perdeu tudo de perde-se a si mesmo".

Truman Capote, em entrevista pouco antes de sua morte, revelou que sua mãe o trancava no quarto e mais tarde o despachou para ser criado por parentes. Capote disse: "Senti-me como órfão espiritual, como uma tartaruga sem as suas costas".

A carência afetiva desencadeada pela separação precoce da mãe enfraquece o próprio sistema imunológico da criança. A massificação totalizadora suprime o senso crítico, a criatividade e a capacidade de iniciativa das crianças, pois elas acabam por fazer apenas o que os outros mandam e não o que elas desejam, transformando-se em verdadeiros robôs, le-

### A CARÊNCIA AFETIVA DESENCADEADA PELA SEPARAÇÃO PRECOCE DA MÃE ENFRAQUECE O PRÓPRIO SISTEMA IMUNOLÓGICO DA CRIANÇA. A MASSIFICAÇÃO TOTALIZADORA SUPRIME O SENSO CRÍTICO, A CRIATIVIDADE E A CAPACIDADE DE INICIATIVA DAS CRIANÇAS

vando-se ao que Goffman denomina "mortificação do eu".

Após o nascimento, criança e mãe passam a viver face a face, numa internação de reciprocidade. Ela crescerá e se desenvolverá com a constituição de um vínculo simbólico, afetivo e social, assumindo o seio materno essa função de vinculação concreta. O recém-nascido expressa, pois, um vínculo e sobrevive graças a essa vinculação orgânica, biológica e afetiva com sua genitora.

Vários estudos provaram que bebês nascidos prematuramente, quando escutam fitas gravadas com as batidas cardíacas maternas ganham peso e se recuperam mais rapidamente. Daí a grande importância da determinação contida no art. 10, nº V, que obriga os hospitais

e estabelecimento de atendimento de saúde às gestantes a manter alojamento conjunto, possibilitando o contato próximo e permanente entre mães e filhos.

Muitas erram, deixando o mais tempo possível a criança no berço, que acaba por se transformar numa solitária, da qual o "prisioneiro" fará tudo para sair. Assim, não seria exagero comparar as

mostrada de maneira dramática através do clássico trabalho de Spitz, citado por mim em Adoção Transnacional (Del Rey, 1998, p. 36), onde 32% a 90% de bebês abandonados morreram nas instituições no primeiro ano de vida. Assim a privação materna, no início da vida, provoca na criança uma dor inimaginável que tem sido comparada a uma queimadura profunda. Muitos são os que dão razão à Viorst, quando afirma que "(...) não importa o tipo de mãe que a criança perdeu, ou quão perigoso é estar na sua presença. Não importa se ela machuca ou abraça. Separação de mãe às vezes é pior do que estar com ela quando ela mesma é a própria bomba".

Se compararmos a criança a uma flor, talvez, entenderemos melhor a radical afirmação. A flor necessita de um jardim bem cuidado para que seu botão desabroche. Precisa de cuidados, carinho e compreensão para que possa se desenvolver. Ser amada e protegida para apreender a amar e proteger. Como diz Frei Anselmo Fracasso: "a criança que nasce sem amor é a flor que cresce e desabrocha num jardim que ninguém cultivou". ■

\*Desembargador

# Amagis Saúde participa de cursos da ANS

Encontros visam o aprimoramento dos serviços dos planos de saúde

REPRODUÇÃO INTERNET



Sede da ANS no Rio de Janeiro

**P**ara aprimorar os serviços prestados aos seus usuários, a Amagis Saúde participa, regularmente, dos treinamentos promovidos gratuitamente pela Agência Nacional de Saúde (ANS) para as operadoras de planos de saúde.

No dia 9 de agosto, Elaine Duarte Werkema, responsável pelo setor de credenciamentos da Amagis Saúde, participou da 6ª reunião do Comitê de Regulação da Estrutura dos Produtos da ANS, na qual foram discutidos os critérios de redimensionamento dos hospitais conveniados, que integram o quadro de prestadores de serviços credenciados aos planos de saúde.

Em Minas Gerais, a Amagis Saúde conta com uma rede credenciada de

cerca de 2.000 prestadores (médicos, clínicas, hospitais, laboratórios e outros), que é atualizada constantemente de acordo com os serviços oferecidos em cada região do Estado.

A consulta à rede credenciada do plano de saúde da Magistratura mineira pode ser feita na ferramenta de busca disponível no lado direito do site [amagis-saude.com.br](http://amagis-saude.com.br). Os usuários do plano podem sugerir novos prestadores de serviços para a Amagis Saúde pelo e-mail [credenciamento@amagis.com.br](mailto:credenciamento@amagis.com.br).

Assim que for notificado, o setor de credenciamento irá entrar em contato com o profissional ou empresa indicada para avaliar a possibilidade de que o convênio possa ser firmado. ■

## DICAS

### Autorização prévia para procedimentos cirúrgicos eletivos

Procedimentos cirúrgicos, vinculados ou não à internação, dependem de autorização prévia da Amagis Saúde. O envio de informações completas torna mais rápida a análise técnica da auditoria médica e a liberação das solicitações de autorização dos procedimentos.

Veja abaixo algumas dicas da Amagis Saúde para esses casos:

- ▶ **Enviar à Amagis Saúde o pedido médico para a análise, quando o usuário do plano for se submeter a alguma cirurgia**
- ▶ **Conforme a cirurgia, poderão ser solicitados documentos complementares como: exames, laudos médicos e termos de ciência e responsabilidade**
- ▶ **Para procedimentos com utilização de órtese, prótese e materiais especiais, realizados em ambulatório ou internação, é necessário que o prestador do serviço envie para a Amagis Saúde a cotação com três opções de marcas, conforme a resolução 1.956 do Conselho Federal de Medicina.**
- ▶ **O pedido para realização de procedimentos cirúrgicos poderá ser feito pessoalmente na sede da Amagis Saúde, localizada na Rua Albita, nº 194, 6º andar, Bairro Cruzeiro – Belo Horizonte/MG, ou por e-mail, nos endereços [autorizacao@amagis.com.br](mailto:autorizacao@amagis.com.br) ou [pedido@amagis.com.br](mailto:pedido@amagis.com.br), ou ainda, através do fax (31) 3223-3683 ou 3079-3484.**

Em caso de dúvidas, faça contato com o setor de atendimento da Amagis Saúde pelos telefones: (31) 3079-3478, (31) 3079-3479, (31) 3079-3480 e (31) 3079-3481, de 2ª a 6ª de 7h às 19h e sábado de 8h às 13h15.



Consulte a rede credenciada da Amagis Saúde no site [amagis-saude.com.br](http://amagis-saude.com.br)

## Check-up gratuito será presente a associados

Usuários do plano poderão realizar os exames no mês do aniversário sem custo algum

A partir de setembro, a Amagis Saúde irá presentear os usuários do plano de saúde, com 35 anos de idade ou mais, com um check-up médico completo no mês do seu aniversário. O objetivo é prevenir, ou tratar precocemente, doenças que venham a ser detectadas durante os exames.

A decisão foi tomada pelo Conselho Gestor de Saúde, no dia 2 de agosto, e representa um avanço na política de promoção da saúde da Associação. A ideia é realizar um diagnóstico preventivo completo dos associados e dependentes, possibilitando a avaliação de risco e a detecção precoce de doenças. Os procedimentos médicos serão realizados de forma individualizada, baseando-se nas características de cada paciente e seu histórico familiar.

Segundo a vice-presidente de Saúde, juíza Luzia Peixôto, a criação do serviço levou em consideração a ne-

GEORGIA BAÇVAROFF



Maurício Soares e Luzia Peixôto reunidos com o Conselho Gestor

cessidade de ampliar a oferta de ações de medicina preventiva aos associados da Amagis e beneficiários do plano. É sabido que o diagnóstico precoce de doenças, ou até mesmo da predisposição da pessoa em desenvolver alguma enfermidade, é, geralmente, o caminho mais seguro e tranquilo para um tratamento.

Realizado com discrição, rapidez e conforto, o check-up inclui a consulta com vários especialistas, testes funcionais, exames

laboratoriais e radiológicos. A escolha do local no qual serão realizados os procedimentos será feita pelos próprios usuários do plano, de acordo com os prestadores de serviços credenciados pela Amagis Saúde.

Em Belo Horizonte, foram credenciados a Clínica Check-Up Center e o Hospital Mater Dei. Os usuários que residem no interior deverão entrar em contato com a Amagis Saúde, pelo telefone 3079-3499, ramal 3407 ou pelo e-mail [checkup@](mailto:checkup@amagis.com.br)

[amagis.com.br](http://amagis.com.br), para ter informações sobre qual credenciado poderá melhor atendê-lo.

No mês anterior ao do aniversário, a Amagis Saúde enviará uma carta aos usuários do plano informando sobre o benefício. Não será necessária autorização prévia para realizar o check-up e também não será cobrada nenhuma taxa de inscrição ou mensalidade, bem como não haverá o cumprimento de carência, coparticipação ou outro mecanismo de regulação. ■

### PROGRAMA CHECK-UP

- ▶ **Check-up gratuito destinado aos usuários do Plano Amagis Saúde - titulares, dependentes e agregados - que tenham 35 anos de idade ou mais.**
- ▶ **Deve ser feito impreterivelmente no mês de aniversário do usuário.**
- ▶ **O agendamento deve ser feito pelo usuário diretamente com o prestador de serviços indicado pela Amagis Saúde.**
- ▶ **A Amagis Saúde enviará carta ao titular do Plano, endereçada ao aniversariante de seu grupo familiar, com antecedência, para lembrá-lo.**
- ▶ **O Programa de Check-Up é um serviço gratuito, ofertado pela Amagis Saúde, com o objetivo de estimular a prevenção e qualidade de vida de seus associados.**



Saiba mais pelo telefone **3079-3499**, ramal **3407** ou pelo e-mail [checkup@amagis.com.br](mailto:checkup@amagis.com.br)